

ESTUDO DO PREFÁCIO EM OBRAS ACADÊMICO-CIENTÍFICAS: ESTRUTURA E PROPOSTAS

Manoel Edson de Oliveira (UNIRADIAL)

magneves@terra.com.br

Monica Alvarez Gomes das Neves (UNIRADIAL)

magneves@terra.com.br

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar uma análise de prefácios de obras que circulam no universo científico, com vistas a revelar, à luz dos postulados teóricos da retórica, a presença das figuras retóricas na superfície desse gênero textual, bem como o efeito das figuras que funcionam como recursos linguísticos empregados para convencer e/ou persuadir o interlocutor. Isso porque o autor do prefácio, em geral um sujeito reconhecido no universo acadêmico, por meio do *logos* (o discurso), constrói a sua imagem positiva (*ethos*) com o objetivo de seduzir o leitor (o *pathos*) a adquirir a obra prefaciada. Para tanto, observa-se que esse gênero reproduz um modelo de construção, fazendo uso, sobretudo, das figuras retóricas de comunhão, como a alusão e a citação. Passada uma rápida incursão pelo gênero textual do prefácio, serão analisados (1) os diferentes tipos de argumentos ali presentes em relação à clara tese de enaltecer o trabalho então apresentado, bem como o de despertar no leitor a disposição e a benevolência para a leitura do texto que segue, e (2) a recorrência às figuras retóricas ali empregadas, consequência da persuasão então pretendida. Nesse caminho, foram consideradas as variáveis: (a) área de estudo da obra, (b) perfil do autor do prefácio, (c) perfil do público-alvo, (d) perfil da empresa editora, (e) ano de publicação. Dentre os resultados parciais alcançados, verificam-se: a grande incidência de argumentos de autoridade, a ampla utilização de estratégias de sedução/persuasão até no discurso considerado “mais acadêmico”, além da contribuição à pesquisa em língua portuguesa com a ampliação de seu escopo de estudo, considerando-se esse gênero textual tão pouco explorado.

Palavras-chave: Prefácio. Obras acadêmico-científicas. Gênero textual. Retórica.

1. Introdução

Este artigo sobre o gênero textual prefácio, discute sua estrutura textual básica, incluindo-se aí as figuras retóricas mais recorrentes, bem como os tipos de argumentos, mostrando como tais características trabalham a serviço da argumentação e/ou persuasão.

Poucos autores se debruçaram sobre esse gênero textual (Derrida, Gauthier, dentre outros) e os que o fizeram, o observaram sob a perspec-

tiva da semiótica, dos estudos enunciativos e dos estudos literário-filosóficos.

Ainda assim, algumas observações ressaltam sobremaneira.

Nosso propósito é apresentar uma proposta de análise desse tipo de texto que o valide na qualidade de gênero específico e que assim tenhamos uma descrição linguística mais ampla, com suas instruções de interpretação mais determinadas.

No presente trabalho, optou-se por apresentar somente algumas observações do texto intitulado *Sob o signo da violência*, de Dino Preti, que prefacia a obra de Ana Rosa Ferreira Dias (*O discurso da violência*), cf. **Anexo**.

2. *Propostas anteriores*

O prefácio é um texto que, em geral, direciona-se a comentar e apresentar o conteúdo de uma obra. Alguns se lançam ainda a falar de seus capítulos, sendo assim, mais específicos. Eventualmente é apresentado com impressões de terceiros sobre a obra que se prefacia no momento.

O nome prefácio compõe-se do prefixo “pre”, que se relaciona ao conteúdo “anterioridade”. No entanto, paradoxalmente, ele é escrito depois da obra pronta e acabada.

Esse paradoxo guarda, portanto, uma dimensão temporal complexa que atende a passado, presente e futuro. Além disso, ele ressalta seu caráter didático e ideológico.

Consoante Derrida (1972), o prefácio guarda também uma relação por ele reconhecida como problemática que envolve alteridade e exterioridade com seu referente. Esse autor entende esse tipo de texto como uma “forma textual de vacância, um conjunto de signos vazios e mortos”.

Como essa proposta foge ao escopo da nossa, limitamo-nos a mencioná-la. Vamos em outra direção.

Aproximamo-nos um pouco da proposta de Vasconcelos (*apud* Dimas *et alii*, 2006) que reconhece o prefácio como uma modalidade de texto que “põe em ação uma retórica da persuasão ou do convencimento e movimenta uma gramática, em que signos verbais (tais como dêiticos e

modalizadores) buscam situar autor e leitor no mesmo espaço e tempo, no mesmo universo de referência”.

A análise dos mecanismos de persuasão e seu contexto linguístico é o nosso interesse.

3. *Nossa proposta:*

3.1. *Das figuras*

A retórica, conhecida como a arte de argumentar, é uma ciência que ocupou lugar de destaque na Antiguidade e teve Aristóteles como um dos autores que teorizaram acerca do poder da palavra. Para o filósofo grego, argumentar não era uma atividade voltada somente à expressão da razão, uma vez que pressupunha a presença da paixão, do debate, da opinião, o que diferenciava, pois, a retórica da lógica, cujo objeto de estudo era o raciocínio axiomático.

Na Era Antiga, a arte de argumentar estava relacionada ao bom uso da palavra, ao ato falar bem e da eloquência, o que compreendia a presença de um orador que, por meio do discurso (*o logos*), construía uma imagem positiva de si (o seu *éthos*) com vistas a convencer um auditório (*o pathos*). Para concretizar esse intento, o orador fazia uso das figuras de estilo e retórica para construir um bom e belo discurso a fim de seduzir, dessa forma, o auditório a que se dirigia.

Na segunda metade do século XX, contudo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) reformulam a retórica aristotélica, dando-lhe um novo enfoque, surgindo, assim, a chamada nova retórica. Os referidos autores passam a conceber a teoria da argumentação como o emprego das estratégias de convencimento e de persuasão, que visam alterar, manter ou incrementar um dado ponto de vista ou atitude. A linguagem, nesse sentido, deixa de ser vista como um mero meio de comunicação, e passa a ser vista como um instrumento de que os indivíduos fazem uso para interagirem, um meio pelo qual os falantes partilham seus juízos.

Entendida como uma teoria do discurso que tem como objetivo central estudar as possibilidades e recursos que garantem os efeitos persuasivos da linguagem, a nova retórica extrapola os limites da oralidade, manifestando-se, também, nos textos escritos e nos mais diversos gêneros discursivos. (MOSCA, 2005).

Assim, tendo em vista que em toda atividade discursiva existe certo grau de argumentatividade, não podemos deixar de considerar o papel das figuras retóricas como recursos linguísticos que desempenham importante função argumentativa. Isso porque, a partir dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca, as figuras adquirem um *status* que vai muito além de uma simples taxonomia, e passam a ser vistas como possíveis condensados de argumentos. Como salienta Reboul (2004, p. 114), a figura “é uma fruição a mais, uma licença estilística para facilitar a aceitação do argumento”.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2006), as figuras são manifestações de uso da língua que se afastam do uso comum, cujo propósito é conferir mais força e adequação aos enunciados. Nesse sentido, as figuras são recursos ideais para a construção do discurso sedutor. É a partir desse ponto de vista que analisaremos as estratégias retórico-argumentativas que emergem do gênero textual prefácio de obras acadêmicas, nosso objeto de estudo neste artigo.

Com relação aos tipos de figuras, o inventário classificatório é bastante amplo, dependendo dos autores e de seus propósitos. Entretanto, adotaremos, aqui, a que nos parece mais apropriada a nosso objetivo neste trabalho: a proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca, para quem o uso de determinadas figuras se explica pelos efeitos produzidos por elas nos mais variados gêneros discursivos que circulam na sociedade, ou seja, pelas necessidades daquele que diz em levar o outro a crer e/ou fazer algo. Tendo em vista que as figuras de retórica estão a serviço da argumentação, esses autores se classificam em três grupos: figuras de escolha, de presença e de comunhão.

Para os autores, as figuras de escolha estão relacionadas com a forma como os fatos são apresentados ou caracterizados. É o caso, por exemplo, da *definição de oratória*, da *perífrase*, da *antonomásia* e da *retificação*. As figuras de presença objetivam aumentar o sentimento da presença do objeto do discurso: a *onomatopeia*, a *repetição*, a *anáfora* e a *amplificação*. Por fim, as figuras de comunhão, que visam confirmar e reforçar a união com o auditório, como, por exemplo, a *alusão*, a *citação*, as *máximas*, os *provérbios* e a *apóstrofe*.

Considerando que em nosso objeto de análise, o prefaciador, para construir uma imagem positiva tanto de si quanto daquilo e daquele de que fala, recorre com frequência às citações e às alusões, elaborando, as-

sim, o chamado argumento de autoridade com o objetivo de seduzir o leitor, provocando nele a paixão pela leitura do livro.

3.2. Dos argumentos

Da leitura analítica a que se procedeu, parágrafo a parágrafo, foram levantadas algumas observações como as que seguem.

Inicialmente, verifica-se a criação de um contexto para a apresentação da obra e para a apreciação dela.

Exatamente é o que se pode encontrar no primeiro parágrafo, momento em que o autor do prefácio descreve rapidamente o cenário de violência que se vivencia no Brasil. Logo em seguida, conduz o leitor ao segundo parágrafo em que explica a atuação da mídia diante dessa trágica situação de violência.

No terceiro parágrafo, o autor começa a introduzir uma reflexão sobre a atuação da mídia, mas o faz, nesse momento, de forma muito tímida, conforme denunciam a alta carga de modalização empregada e a adjetivação escolhida. Em “Se é certo que..., seria possível questionar que...”, percebe-se o desnível de engajamento do enunciador entre a prótase e a apódose do período hipotético (cf. NEVES, 1997), além da escolha do adjetivo “possível”.

No quarto parágrafo, o tom muda um pouco, mas mesmo assim o enunciador ainda se mantém blindado com o uso de argumentos construídos sob a proteção de verdades gerais, contra as quais “ninguém” ousaria debater, evidenciado pelas escolhas de “É justo admitirmos que...” e “É evidente que...”.

O parágrafo seguinte é uma apresentação da obra, baseada em qualificação específica (estudo, pesquisa), seguida de objetivos e estruturação do *corpus*. Dessa forma, evidencia-se a construção de um *éthos* de cientificidade que lhe confere autoridade.

Segue então outro parágrafo descrevendo a metodologia e o desenvolvimento do trabalho, mas tudo isso é introduzido por um aposto ao nome da autora bastante importante para o que se quer aqui demonstrar. O autor do prefácio a apresenta como “(...) pesquisadora ligada a duas das mais conceituadas instituições de ensino de nível superior do País”, escolha que remete diretamente para o *éthos* de autoridade.

Nessa esteira, o suporte teórico usado pela autora da obra é apresentado no parágrafo seguinte.

No oitavo parágrafo, o autor do prefácio elenca as partes em que se divide a obra que ora se apresenta ao leitor. O que se repete no próximo parágrafo.

O décimo parágrafo é pura adjetivação (metodologia clara, expressiva bibliografia linguística, isenção exemplar, conclusões surpreendentes), deixando, com clareza solar, sua intenção persuasiva.

Continuando no seu esforço persuasivo, o autor dessa vez reveste-se de um ar ponderado com o uso da construção “Se por um lado **x**, por outro **y**”, mas que para o leitor atento é somente uma manobra argumentativa para confirmar a postura científica da autora e solidificar o *éthos* de autoridade.

O parágrafo seguinte amplia o leque de qualidades do trabalho desenvolvido pela autora, na medida em que o trata como sendo de “resultados originais”, que “resgatam a imagem da linguagem popular” e com “condições que extrapolam os limites da análise linguística para atingir problemas sociais”. Enfim, questões de mais alta importância que remetem novamente para a solidificação da autoridade.

O décimo terceiro parágrafo é constituído de uma citação da própria obra, marcando novamente o perfil de autoridade, uma vez que se reconhece a importância da imprensa popular (“valor histórico-social”, “apesar dos seus excessos (...), representar o pensamento popular”), a despeito de todas as críticas a ela desferidas, reforçando uma imagem de cientificismo, através da valorização do *corpus*.

No parágrafo seguinte, o tom muda para a adjetivação mais aberta outra vez, firmando novamente seu propósito persuasivo, em que é possível apontar ocorrências como: “ensaio extremamente original”, “leitura recomendável”, “linguagem simples (nem por isso menos científica)”, “atualidade de seu tema”.

Os dois últimos parágrafos encerram o prefácio nesse mesmo ritmo que o anterior, qual seja o da adjetivação aberta, numa linguagem quase publicitária, em que se identificam usos cruciais para o convencimento do possível leitor da obra, como “não será mais possível tratar de temas (...), sem aludirmos a este estudo pioneiro”, “tratamento exaustivo”, “sentimento agradável de renovação na pesquisa linguística”, todos tentando seduzir, através de argumentos de autoridade.

4. Considerações finais

Dentre os resultados alcançados, verificam-se a grande incidência de argumentos de autoridade. No prefácio analisado, esse tipo foi preponderante.

Constatou-se também uma ampla utilização de estratégias de sedução/persuasão até no discurso considerado “mais acadêmico”, o que muitas vezes o aproxima do publicitário.

Curiosamente, o autor mescla um tom mais ponderado e de cientificismo a um discurso de sedução explícita, que pode passar despercebido a um leitor desatento.

Ressalte-se que o presente estudo constitui uma contribuição à pesquisa em língua portuguesa com a ampliação de seu escopo de estudo, considerando-se esse gênero textual tão pouco explorado.

Essa primeira etapa do trabalho aponta a necessidade da ampliação do estudo das características do gênero prefácio e convida à continuidade de pesquisas, tendo sido revelado um amplo espectro de caminhos futuros a partir desse tema, considerando-se, sobretudo, as variáveis (a) área de estudo da obra, (b) perfil do autor do prefácio, (c) perfil do público-alvo, (d) perfil da empresa editora, (e) ano de publicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEU, P.; MAINGUENEAU, D. (Orgs.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

DERRIDA, J. *Marges de la philosophie*, Paris: Minuit, 1972.

DIMAS, A; LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). *Reinventar o Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

GAUTHIER, T. *L'art moderne*. Paris: Michel Lévy Frères, 1856.

MOSCA, L. L. S. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. A atualidade da retórica e seus estudos: encontros e desencontros. In: *I Congresso Virtual da Universidade de Lisboa*: DLR (Departamento de Literaturas Românicas), 2005.

NEVES, Monica Alvarez Gomes das. *O “se” hipotético nos editoriais jornalísticos*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. UFRJ, Faculdade de Letras, 1997. 140 fl. mimeo.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-YTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Anexo:

Foi anexado a seguir o prefácio utilizado como *corpus* para este estudo:

A IMPRENSA SOB O SIGNO DA VIOLÊNCIA

Dino Preti

A sociedade brasileira vê os últimos anos do século se escoarem, num clima de medo e insegurança. Nas grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, o povo assiste atônito ao crescimento da violência, paralelo à indiferença dos governos e ao sentimento de impunidade, de que se faz alarde, sem pensar que ele põe em risco a própria sobrevivência social.

Os meios de comunicação de massa denunciam, sem cessar, os fatos insólitos da vida diária, apenas os mais exacerbados, quando não os insólitos, porque já não é mais possível dar conta de todos os acontecimentos criminais que assolam os centros urbanos brasileiros.

Se é certo que rádio, televisão e jornal devem cumprir seu papel informativo, revelando para seu público esses acontecimentos, seria possível questionar a forma como o fazem e as reais intenções que presidem a apresentação do noticiário violento, às vezes, mais eloquente nos pormenores do que nos próprios fatos em si.

É justo admitirmos que os signos visuais (fotografias, tapes, filmes) esclarecem quase tudo nesses fatos, que prescindem, pois, de palavras para julgá-los. Mas, por outro lado, também é evidente que a linguagem das manchetes e noticiários orais e escritos, muitas vezes, traduz posições críticas, operando uma seleção de significados que pode coincidir ou não com as posições do leitor ou do espectador. O veículo é o meio, mas pode tornar-se a própria mensagem, uma verdade já antiga na ciência da comunicação. E isso acontece, no momento em que se elege um, entre os muitos significados para os fatos, passando-o pronto, descodificado, ao receptor.

O trabalho que se vai ler é um estudo sobre a violência. Não sobre suas causas, sua origem na sucessão histórica dos fatos que não fazem história, embora existam vivos, no dia-a-dia da vida dos povos; mas é um estudo sobre as formas como a violência é veiculada pela mídia, mais especificamente, pela imprensa. Em síntese: estuda-se a maneira como o jornal manipula, nas palavras, a “mensagem da violência” para seus leitores e a eficácia dessa intermediação entre acontecimento e público-alvo. Eis, pois, o objetivo dessa pesquisa linguística, realizada com cerca de 500 ocorrências, registradas pelo jornal paulistano *Notícias Populares (NP)*, periódico classificado pela autora como “popular”, tendo em vista o tipo de linguagem e a classe de leitores a que visa.

Ana Rosa Ferreira Dias, pesquisadora ligada a duas das mais conceituadas instituições de ensino de nível superior do País, a Universidade de São Paulo e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, colheu a amostragem, classificou-a, comparou-a a um material (*corpus*) de controle de outro tipo de jornal da mesma cidade, ouviu leitores nas bancas de jornal e em seus ambientes de trabalho e, depois, passou à análise, tarefa a que se dedicou durante três anos.

Para melhor realizar sua obra, apoiou-se em teorias de Yves Michaud, Nilo Odália, Hélio Bicudo, Michel Mafesolli, entre outros para definir a diferença entre *atos de violência* e *estados de violência*, os primeiros concentrados em danos materiais e físicos; os segundos, em prejuízos causados pela privação, “sentimento de que determinadas coisas estão sendo negadas sem razões explícitas”.

A partir daí, a pesquisadora optou pelo recorte de quatro grandes temas:

1. os conflitos urbanos: a linguagem e a expressão dos fatos;
2. o julgamento do mundo: aspectos catárticos da linguagem;
3. a ideologia sexual: os estereótipos sexuais e sua expressão linguística;
4. a luta de classes: suas marcas na linguagem.

No primeiro, estuda-se a representação linguística dos atos de violência propriamente ditos, no que diz respeito à agressão física e ao crime; no segundo trata-se das injustiças sociais, como, por exemplo, da segregação dos idosos, dos aposentados, dos parias da sociedade urbana; no terceiro, dos preconceitos que agem violentamente contra as mulheres, numa sociedade de posições tradicionalmente machistas; e, no último, do conflito de classes, resultante de uma posição social maniqueísta, em que se marcam rígidas oposições: policiais vs ladrões, previdência vs aposentado; lojistas vs marreteiros; patrões vs empregados; etc.

Trabalhando com metodologia clara, uniforme e apoiada em expressiva bibliografia linguística, Ana Rosa F. Dias analisa, com isenção exemplar, seu material jornalístico e chega a conclusões surpreendentes sobre esse discurso da imprensa popular.

Se por um lado critica os excessos da linguagem do *NP*, por outro reconhece que seu discurso constitui “uma forma hábil de traduzir a visão do mundo de certas classes sociais, marginalizadas na sociedade”.

Os resultados dessa pesquisa são originais e resgatam a imagem da linguagem popular, da gíria, dos recursos expressivos, utilizados pelo jornal popular para aproximar-se melhor de seus leitores, falando a linguagem destes. E mais: há condições que extrapolam os limites da análise linguística, para atingir problemas sociais. Assim, por exemplo, para Ana Rosa, o jornal popular “se torna, em certos ambientes de trabalho, um instrumento comunicativo, passando de um para outro leitor, certamente atraídos pelo seu discurso, reflexo de uma ideologia que se identifica com o pensamento das classes mais oprimidas”.

Da mesma forma, o periódico tem, para a autora, um valor histórico-social que transcende o momento da publicação, porque “se se quiser traçar a história das classes marginais urbanas, entendidas não apenas como aquelas ligadas à delinquência, mas incluindo também aquelas atingidas pela pobreza e pela desigualdade social, haverá sempre de se percorrer as páginas do jornalismo popular, na *impureza* de sua linguagem, que procura, apesar dos seus excessos (ou, ainda mesmo, por causa deles), representar o pensamento popular sobre os atos e estados de violência”.

Ensaio extremamente original, *O discurso da violência* constitui leitura recomendável, não só para estudantes de Linguística, de Jornalismo, de Sociologia ou de História, mas também, pela sua linguagem simples (nem por isso menos científica), para o público em geral, em função da atualidade de seu tema, no contexto social brasileiro.

Creemos que, a partir dessa publicação, não será mais possível tratar de temas como o da oralidade na escrita jornalística ou das ligações entre fala e escrita, ou ainda, da expressividade da linguagem popular, sem aludirmos a este estudo pioneiro. Veja-se, por exemplo, no capítulo 4, o tratamento exaustivo que dá ao fenômeno da gíria urbana como marca expressiva da oralidade, no jornalismo popular.

Da leitura desta obra de Ana Rosa Ferreira Dias fica-se o sentimento agradável de renovação na pesquisa linguística, pois comprova que há possibilidades, ainda pouco exploradas, no Brasil, para a linha da Análise do Discurso, baseada em material colhido na imprensa.